



De Acordo


Wilson Carlos Rodrigues Borini
Prefeito Municipal

Ref.: Tomada de Preços nº04/2011
Assunto: Manifestação a Recurso Administrativo

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A Comissão Permanente de Licitações, através de seus membros, nomeados pela da Portaria nº 71/2011, vem, respeitosamente, levar ao conhecimento de Vossa Excelência o(s) Recurso(s) Administrativo(s) interposto(s) por **S.B. DE SOUZA CONSTRUTORA ME**, nos autos do processo licitatório em trâmite nessa Prefeitura, através da modalidade **Tomada de Preços nº 04/2011 - tipo menor preço global**, objetivando a **contratação de empresa especializada para execução de pista de skate em concreto armado**, conforme objeto especificado no instrumento convocatório (fls 90/125).

Para ciência e apresentação de contra-razões, foi comunicada a interposição dos recursos, conforme documentado nas fls. 291/295.

O recurso interposto sob o **protocolo 9779/2011** foi recebido tempestivamente, com efeito suspensivo, nos termos do §2º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

As razões desse recurso, apresentadas por **S.B. DE SOUZA CONSTRUTORA ME**, contra a decisão de fls. 273/274, tomada em 28/07/2011, em síntese, trazem em seu bojo a demonstração dos motivos que ensejam seu inconformismo com a inabilitação da recorrente, porque a não apresentação do documento exigido pela cláusula 7.2.6.2 do edital, qual seja, atestado de capacidade técnica operacional, não deveria, segundo ela, ensejar a inabilitação. Ainda, alegou que a decisão recorrida careceu de fundamentação e foi tomada com excesso de rigor formal. Invocou os arts. 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como o art. 48 da Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA, citando doutrina e jurisprudência, para concluir requerendo a procedência do recurso, no sentido de se reformar a decisão recorrida para habilitar a recorrente.

Não foram apresentadas contra-razões pelas demais licitantes.

É o relatório.



Assim, os membros desta Comissão passam ao exame dos pontos controvertidos do(s) recurso(s) sob apreciação.

O primeiro diz respeito à exigência de atestado de capacidade técnica operacional. A cláusula que ensejou a inabilitação da recorrente, na verdade, encontra amparo legal no art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, segundo o qual a Administração Pública está autorizada a exigir qualificação técnica. Nesse sentido, inclusive, é a jurisprudência firmada pelo TCESP nas Súmulas nº 24 e 30 daquela Corte¹.

O segundo, sobre uma suposta ausência de fundamentação, surpreende, porque além daquela exigência haver sido expressa em edital, ao qual foi dado publicidade oficial, a própria ata das fls. 273/274 se referiu expressamente à não apresentação do atestado exigido pela respectiva cláusula: "...inabilitação da empresa S.B. DE SOUZA CONSTRUTORA – ME por não ter apresentado o Atestado de Capacidade Técnica Operacional solicitado na Cláusula 7.2.6.2 do Edital".

Já, o terceiro, isto é, sobre haver excesso de rigor no julgamento, pela mesma razão acima, não deve prevalecer, pois a circunstância que levou à inabilitação é objetiva. Ora, o julgamento contra o qual a recorrente se insurge não envolve qualquer ponderação de circunstâncias nem qualquer juízo de valor. Ou a licitante apresenta, ou não apresenta o referido documento. Ou seja, julga-se objetivamente se o documento constava entre aqueles insertos no envelope correspondente ou não.

Assim, a inabilitação é consequência da não apresentação de documento necessário à habilitação, tanto que a cláusula 7.2 do edital estabelece que o invólucro nº 01 – DOCUMENTAÇÃO, "deverá conter", entre outros, o atestado exigido pela cláusula 7.2.6.2.

Mais ainda, se a recorrente fosse habilitada, seria violada a isonomia em relação às demais licitantes que apresentaram regularmente o documento em questão.

Portanto, não se vislumbra, com a devida vênia, fundamento para alterar a

¹ SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.

(...) SÚMULA Nº 30 - Em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica, poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, ficando vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens.

M/Lm
Y
C
e



decisão de inabilitação, conforme pleiteado.

Logo, não há como se vislumbrar afronta à Constituição, à Lei ou à Jurisprudência, que justifique o provimento do recurso de **S.B. DE SOUZA CONSTRUTORA - ME**, considerando-se refutados, pontualmente, os argumentos formulados pela recorrente.

Portanto, de acordo com a fundamentação sobre a qual se dissertou acima, a orientação jurisprudencial citada, bem como, sobretudo, a finalidade da seleção eficiente e isonômica de propostas do processo licitatório, a Comissão de Licitação, por unanimidade, conhece do(s) recurso(s), porém não lhe confere provimento, mantendo a decisão recorrida. Instrui o presente à autoridade superior, para decisão e posterior notificação aos licitantes. Em nada mais havendo, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente sessão.

Birigui, 22 de agosto de 2011.

ROSA MARIA RODRIGUES CINTRA VILLACA
Presidente

TEREZINHA DE FÁTIMA FORTIN
Membro

ANDRESSA ONÇALVES BIBIANO CARETTA
Membro

ROSÂNGELA GRASSI
Membro

ANDRÉ KATSUYOSHI MISAKA
Membro